



Universidade Federal do Ceará

Faculdade de Educação

**Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os professores do
Sistema Prisional do Ceará**

FLÁVIO MUNIZ CHAVES

**Um estudo de caso sobre as práticas de leitura e escrita no Centro Educacional Dom
Bosco**

Fortaleza

2012

FLÁVIO MUNIZ CHAVES

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO
CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para professores no Sistema Prisional, como pré-requisito para a obtenção do título de especialista em educação de jovens e adultos. Área de concentração: Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof. Dra Ercília Braga de Olinda.

Fortaleza

2012

Monografia: Um estudo de caso sobre as práticas de leitura e escrita no Centro Educacional Dom Bosco.

Educando: Flávio Muniz Chaves

Monografia elaborada como parte dos requisitos à obtenção do título de Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) para Professores do Sistema Prisional, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC, bem como na biblioteca da Escola de Gestão Penitenciária e Ressocialização (EGPR/SEJUS). A citação de qualquer parte ou trecho deste texto só será permitida desde que feita em conformidade com as normas da ética científica.

Aprovada em ___/___/_____

Prof^a. Ercília Braga de Olinda

Orientador(a)

Flávio Muniz Chaves

Orientanda/o

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola

Coordenador do Curso

Prof^a Dr^a Maria José Barbosa

Coordenadora Pedagógica

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi desenvolvida graças a Deus, principalmente nas pessoas que citarei abaixo.

À professora Ercília Braga de Olinda, pela paciência diante os problemas surgidos durante a pesquisa, pelos valerosos conselhos sobre a escrita acadêmica, pelos seus questionamentos que me fizeram compreender para além do senso comum, pelo seu entusiasmo e carisma toda vez que nos encontrávamos nas orientações;

Ao professor Wagner Andriola, pelo convite feito para participar dessa especialização;

Aos professores dos Centros de Medidas Socioeducativas, aos instrutores e aos diretores dos mesmos, principalmente do Centro Socioeducativo Passaré. Pela garra e coragem dessas pessoas, que fazem a diferença no mundo todos os dias;

Aos meus amigos da graduação e da especialização, por formarmos uma equipe coesa. Dedico, em especial, ao meu amigo Alan Edson da Silva, por ter contribuído na caminhada dessa especialização;

Aos meus pais;

A todos que acreditam que a partir da educação pode-se alcançar a satisfação pessoal e profissional. Principalmente as professoras alfabetizadoras, pois o desafio em alfabetizar/ letrando os adolescentes em conflito com a lei se torna mais complicado; porém, não é impossível!

“A escola brasileira não sabe ensinar a ler e ... dois pontos: precisa aprender a fazê-lo.”

Ana Lúcia Amaral

RESUMO

O presente trabalho tenta retratar uma realidade pouco discutida e divulgada, tanto dentro da academia como nos meios de comunicação: as práticas alfabetizadoras de leitura e escrita em um centro educativo que recebe adolescentes em conflito com a lei. A leitura e a escrita é tão importante quanto o ar que respiramos, quanto à água que bebemos e as escolhas que fazemos na política. Alfabetizar-se e letrar-se na atualidade pode parecer comum e banal; mas, quando falamos de adolescentes em conflito com a lei, se torna muito complexo. Temos muitos fatores sociais que contribuem para uma situação de analfabetismo entre esses adolescentes. As professoras alfabetizadoras estão todos os dias levando o conhecimento adquirido em sua formação, muitas vezes distante da realidade dos adolescentes, mais fazendo com que eles despertem para o prazer de ler e de escrever, querendo que os adolescentes reescrevam a sua história de vida. As práticas de leitura e escrita descritas nesse trabalho foram pesquisada no Centro Educacional Dom Bosco. Foram analisadas as práticas de leitura e escrita, a formação inicial e continuada das professoras, sua identidade como profissional, estrutura do local pesquisado, material didático alfabetizador e o trabalho da equipe multidisciplinar do Centro Educativo Dom Bosco. Não se pode ficar só no discurso, tem-se que modificar a prática cotidiana. Mais, precisamos de no mínimo, uma boa estrutura e professores com uma formação mais preparada para enfrentar a realidade aonde a educação precisa estar presente. Sendo que somente essa educação, através da aprendizagem, pode ocasionar uma mudança de comportamento. Sem educação de qualidade, valorização profissional e estrutura adequada não haverá ressocialização.

Palavras-chave: Leitura. Escrita. Alfabetização.

Sumário

1.	Introdução	07
2.	Capítulo 1: Diagnóstico do centro Educativo Dom Bosco	14
3.	Capítulo 2: Refletindo sobre a práxis pedagógica alfabetizadora	31
4.	Capítulo 3: Conhecendo os fundamentos orientadores das..... atividades de leitura e escrita efetivamente realizadas entre a teoria e a prática no Centro Educacional Dom Bosco.	40
5.	Considerações Finais	48
6.	Referências	52
7.	Apêndice	55

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa que originou esta monografia tratou das práticas de leitura e escrita no primeiro segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Centro Educacional Dom Bosco. Escolhi essa temática enquanto estava participando das aulas do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. Durante as disciplinas, os professores falavam das dificuldades de aprendizagem dos adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas, seja em regime de internação, semiliberdade ou liberdade assistida, principalmente porque entre eles havia alguns que ainda não eram alfabetizados. Aos poucos, fui me interessando em saber como a educação era desenvolvida nos centros educacionais de medidas socioeducativas, e como eram as práticas pedagógicas que conduziam à alfabetização. Busquei compreender quais motivos levavam os jovens a não se alfabetizarem na idade certa, me indagando quais são os sentimentos deles diante de situações do cotidiano em que precisam fazer coisas simples, como: pegar um ônibus, assinar o nome, escrever um bilhete, participar de redes sociais etc.

Meu objetivo, ao estudar esse tema, foi investigar como se dá a aprendizagem dos adolescentes no primeiro segmento da EJA. Normalmente, segundo o que era discutido em sala de aula, a maioria dos adolescentes chegava analfabeta aos centros. Ao refletir sobre essa realidade, tentei compreender como se dá o processo de ensino-aprendizagem do primeiro segmento da EJA no Centro Educacional Dom Bosco, instituição para cumprimento de sentença judicial, a qual pode durar de seis meses a três anos.

Procurei conhecer como os professores trabalham a leitura e a escrita com adolescentes que, na maioria das vezes, tiveram pouco contato com a escola ou que, mesmo permanecendo vários anos nessa instituição, jamais se lhe adaptaram, apresentando histórico de reprovações e abandono. Investiguei as estratégias pedagógicas desses profissionais, tentei saber, também, se o ensino ministrado ocasiona algum efeito na mudança de pensamento, comportamento e perspectiva de um futuro melhor. Ter um bom domínio de leitura e escrita é um caminho para abertura de novas aprendizagens e da melhoria da autoestima destes jovens que incorporam a “autodesvalia” discutida por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987).

Os professores alfabetizadores têm um papel importante no resgate da autoestima desses jovens, na medida em que cumprem com eficiência e eficácia sua missão fundamental: garantir os conhecimentos sistematizados pela humanidade, pela leitura da palavra e do mundo. Esses profissionais são elos entre aqueles que desejam e acreditam que esses adolescentes possam sair da medida socioeducativa de internação com pensamentos, valores e atitudes diferentes e os próprios adolescentes, que precisam reforçar a confiança em si próprios.

O compromisso do professor é fazer com que esses adolescentes aprendam, ou seja, que saibam ler e escrever. Claro que o jovem também tem que querer aprender, pois o conhecimento exige o esforço pessoal. O professor é um mediador entre o aluno e o saber, e não um repassador de conteúdos, conforme nos ensinou Paulo Freire ao longo de sua obra e de sua experiência profissional. Em síntese, busquei averiguar se esses adolescentes realmente são alfabetizados e como ocorre o processo de alfabetização, focando nas práticas de leitura e escrita.

Mapeei as práticas cotidianas, foi possível mostrar a realidade dessa unidade que, juntamente com as demais de mesma natureza, é vista com receio pela sociedade e por outros professores, os quais, muitas vezes, não atuam nas unidades devido à opinião corrente no senso comum de que esses locais são “minipresídios” de alta periculosidade.

A aproximação com a realidade da EJA, no Centro Educacional Dom Bosco, levou-me a vários questionamentos: as práticas pedagógicas conduzem os adolescentes-educandos a uma reflexão sobre si e o mundo? O que eles aprenderam em sala de aula? Quais são as atividades propostas para o desenvolvimento da leitura e da escrita? A metodologia da sala de aula é adequada ao ambiente? Como a avaliação reflete o aprendizado deles? Como se dá a relação professor-aluno? Quais fundamentos sobre alfabetização orientam a práxis dos professores? Qual a formação inicial e continuada dos professores que trabalham com os adolescentes?

A infinidade de questões que me inquietava levou-me a uma definição de rumos que chegaram aos objetivos da pesquisa, a seguir apresentados.

O *objetivo geral* foi mapear as práticas de leitura e escrita vivenciadas no segmento I da EJA, verificando se os adolescentes se alfabetizam de fato. Como *objetivos específicos*, tivemos:

- a) diagnosticar o lócus da pesquisa, destacando aspectos históricos, pedagógicos, administrativos e estruturais, confrontando a realidade encontrada com as determinações do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);
- b) discutir as principais dificuldades e facilidades encontradas pelas professoras, questionando sua formação inicial e continuada;
- c) conhecer os fundamentos orientadores das atividades de leitura e escrita efetivamente realizadas entre a teoria e a prática no Centro Educacional Dom Bosco.

A modalidade de ensino utilizada no Centro Educacional Dom Bosco é a Educação de Jovens e Adultos (EJA). No primeiro segmento, é contemplada a alfabetização até o quinto ano do Ensino Fundamental. Segundo a Proposta Curricular do Primeiro Segmento (RIBEIRO, 2001, p. 19): A educação básica de adultos começou a delimitar seu lugar na história da educação no Brasil a partir da década de 30, quando finalmente começa a se consolidar um sistema público de educação elementar no país.

Essa modalidade de ensino tem como objetivo não somente levar os conteúdos escolares aos alunos, mas também aproveita muito os saberes que eles trazem consigo durante sua história de vida. Conforme documento da Proposta Curricular do primeiro segmento (RIBEIRO, 2001, p. 29), a EJA tem compromisso com a construção da cidadania e da aprendizagem significativa: Um princípio pedagógico já bastante assimilado entre os que se dedicam a educação básica de adultos é o da incorporação da cultura e da realidade vivencial dos educandos como conteúdo ou ponto de partida da prática educativa.

A Educação de Jovens e Adultos tem como um dos principais pensadores o teórico Paulo Freire, sendo sua proposta baseada no resgate histórico da pessoa humana, na criticidade, na abertura da mente sobre a sociedade, na liberdade de expressão, em uma educação na qual os alunos não são “depósitos” de conteúdos e em uma relação educador-educando em que os dois aprendem mutuamente. Segundo Freire (1987, p.16): A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. Logo, os processos educativos devem estar a serviço da vida e da humanização.

Legalmente, o direito à educação é previsto na *Constituição Federal*, na *Lei de Bases da Educação Nacional (LDB)*, no *Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)* e no *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)*.

Vejamos o Art. 54 do ECA (CONANDA, 1990 p. 30), tratando do dever do Estado no que respeita ao direito à educação:

É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

O tema da garantia do direito à educação é complexo, porém, propício para fazermos uma reflexão sobre as questões sociais que contribuem e levam esses adolescentes a cometer infrações. Uma das saídas da sociedade brasileira, e por que não dizer da mundial, é visualizar a educação como medida que, embora não capaz de resolver sozinha muitos problemas sociais, pode formar pessoas e coletividades com níveis de consciência e capacidades organizativas e reivindicativas necessárias às transformações. A educação é vista como “salvífica” perante os problemas das pessoas, principalmente quando eles são sociais, quando, na verdade, ela sozinha, sem a contribuição de outras instâncias, não consegue transformar muito. Problemas sociais como desestruturação familiar, drogas, falta de saúde, de acesso ao lazer, de trabalho etc. interferem diretamente na educação de uma maneira geral e no domínio da leitura e da escrita de modo particular.

Metodologicamente, nosso estudo situa-se no universo da pesquisa qualitativa, a qual, segundo Minayo (2009), trabalha diretamente o universo dos significados, das emoções, motivações pessoais e valores. A estratégia utilizada foi o estudo de caso de observação. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 90-91), o foco desse tipo de investigação é uma organização particular ou algum aspecto desta. Em suas palavras, os setores focalizados devem ser:

[...] um local específico dentro da organização, ou um grupo específico de pessoas, ou qualquer atividade da organização. Os sujeitos são os atores sociais, ou o grupo natural, ou a micro cultura: pessoas que interagem que se identificam umas com as outras e que partilham expectativas em relação ao comportamento umas das outras – partilham uma identidade de grupo.

Os sujeitos desta pesquisa foram as três professoras que estão lecionando no segmento I da EJA no Centro Educacional Dom Bosco. No capítulo II, as elas serão caracterizadas. Esses dados, para tal caracterização, foram coletados a partir da aplicação de um questionário (Apêndice 01).

No primeiro momento, fiz um estudo bibliográfico sobre o assunto abordado neste estudo e sobre a situação social dos adolescentes em conflito com a lei. Os textos legais que permitem conhecer as medidas socioeducativas foram fundamentais, a saber: o *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA (Lei nº 8.069/1990) e o *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* – SINASE (Lei nº 12.594/2012). Igualmente importante foi o documento orientador do primeiro segmento da EJA – Proposta Curricular. As reflexões e elaborações teóricas específicas sobre leitura e escrita foram retiradas da obra de Paulo Freire (1987) e de Emília Ferreira (1999).

No segundo momento da pesquisa, realizei o trabalho de campo, fazendo quatro visitas, com duração de oito horas cada, no lócus da pesquisa. Nestes momentos, fiz observações, anotando tudo aquilo que colaborasse para o desenvolvimento desse estudo. Também utilizei como técnica de pesquisa a entrevista semiestruturada, cujo roteiro encontra-se no Apêndice 02. Segundo Minayo (2009, p. 64), esse tipo de entrevista tem o objetivo de construir informações pertinentes a um objeto de pesquisa e à abordagem do entrevistador, com temas igualmente pertinentes com vistas a esse objeto.

Durante a formação no ensino superior, tem-se a oportunidade de conhecer vários teóricos, suas ideias, suas filosofias e suas visões sobre certos problemas da sociedade. Ao se dedicar a um, ou mais teóricos, há um aprofundamento e, conseqüentemente, quer-se levá-lo

para a sala de aula. Quando, na prática, dentro da escola ou de qualquer outro ambiente educacional, percebe-se que aquela teoria realmente se adequa à realidade vivenciada ou não, trabalha-se pensando em mudar o mundo dos educandos em sala de aula, o que pode vir a ter êxito em alguns casos. A inserção no cotidiano de sala de aula demonstra a falta de uma parceria maior entre o saber acadêmico, com seus projetos, e o saber da escola. Eles não se encontram e não discutem soluções para possíveis problemas enfrentados no cotidiano. E isso atinge diretamente as práticas pedagógicas dos professores, pois, durante o estágio supervisionado, que é a parte prática, são visíveis algumas falhas não corrigidas ao longo da formação na academia.

A educação se dá intra e extramuros da escola. Em todo lugar, podemos ter educação. A sociedade contemporânea, presa por muitas regras e leis, dirige mentes e corpos, e quem não obedece a suas regras é penalizado. Quanto aos adolescentes que desobedecem a essas regras, eles têm uma educação voltada pra a reflexão sobre seus atos? Segundo o Estado Brasileiro, sim! Ela se efetiva nas unidades de medidas socioeducativas, que são destinadas aos adolescentes em conflito com a lei. Em um ambiente fechado (parecendo, e fato, um minipresídio), onde existem salas de aulas e acompanhamento psicológico, pedagógico, assistencial, de saúde e alimentação para esses adolescentes. O Estado é caracterizado como um benfeitor, porém, ao sair da unidade, faltam justamente todos esses serviços e os direitos continuam sendo negados. No tocante ao ambiente educacional, além de levarmos o conhecimento científico, esse espaço deveria ser propício para uma formação plena: trabalhar uma cultura de paz, de conhecimento de seus direitos e deveres, valores sociais, qualificação profissional. Esse conjunto deveria levar os adolescentes a sua reinserção na sociedade, como sujeitos de direitos.

Pretendo contribuir com essa pesquisa, para que, ao debruçar sobre as práticas pedagógicas analisadas, haja uma melhoria na qualidade de ensino, e também no tratamento humano dado a esses educandos. Eles estão privados de liberdade, mas não da capacidade de pensar e sonhar.

A seguir, apresentamos os capítulos que compõem a presente monografia.

No primeiro capítulo, fiz um diagnóstico do Centro Educacional Dom Bosco para compreender a dinâmica da unidade e apresentar a instituição lócus da pesquisa. Levantei dados sobre os aspectos históricos, pedagógicos, administrativos e estruturais. Na minha visita, procurei ser o mais fiel possível a realidade vivida pelos adolescentes neste centro de

medidas socioeducativas, trazendo percepções e interpretações pessoais e compartilhadas com outros sujeitos.

No segundo capítulo, questioneei junto ao corpo docente sobre a sua formação inicial e continuada, identificando assim, a origem de alguns problemas do cotidiano enfrentado pelos professores. Busquei saber sobre as estratégias utilizadas para superação das dificuldades. Essa parte da pesquisa é importante, pois a formação inicial e a continuada refletem diretamente no trabalho dos professores, conseqüentemente, na melhoria da aprendizagem dos adolescentes.

No terceiro capítulo, procurei saber quais são os princípios e quais são as práticas pedagógicas alfabetizadoras, pois a pesquisa trata da EJA no primeiro segmento. Verifiquei se essas práticas fazem com que os adolescentes se alfabetizem de fato. Sei que uma parcela desses adolescentes chega aos centros de medidas socioeducativas sabendo escrever somente o nome. A sua grande maioria nem escrever seu nome sabe. Por isso o papel do professor alfabetizador é de extrema importância para esses adolescentes.

2. Capítulo 1 - DIAGNÓSTICO DO CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO.

A pesquisa foi realizada no Centro Educacional Dom Bosco, localizado na Rua Menor Jerônimo Nº 800, no Bairro Jardim União - Passaré, no município de Fortaleza.

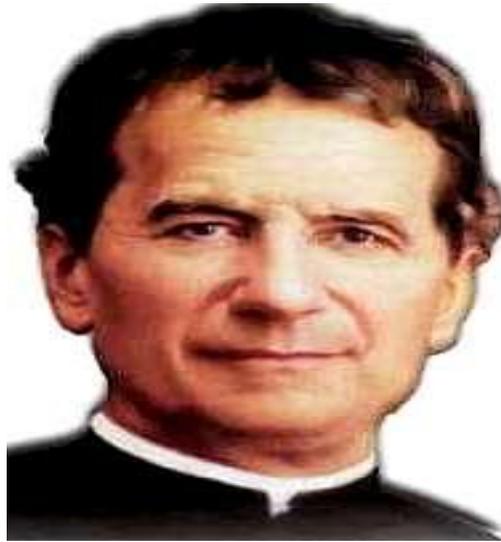
Foto 01 – Centro Educacional Dom Bosco (entrada do centro)



Foto 02 – Área interna do Centro Educativo Dom Bosco



O nome do Centro Educacional foi dedicado a um padre italiano que acreditava na educação como forma de ajudar os jovens a superarem seus problemas, convertendo-os à religião Católica.

Foto 03 – Dom Bosco¹

O Centro Educacional Dom Bosco nasce no ano de 1976 como Centro de Recepção e Triagem Marieta Cals, onde acolhia e atendia crianças e adolescentes do sexo masculino, que devido a algumas “situações irregulares”, eram encaminhados pelo juiz para o mesmo. Nessa época o Centro Educacional Dom Bosco era onde hoje é atualmente a Escola de Ensino Fundamental e Médio II de Maio.

O Centro Educacional Dom Bosco tinha como seu diretor o Sr. Henrique Sandro Chaves, quando essa pesquisa foi realizada. O novo diretor chama-se José Ernandes de Oliveira. Existe uma equipe multidisciplinar composta de: uma advogada e dois estagiários; uma psicóloga e dois estagiários; dois assistentes sociais e dois estagiários; um médico e um auxiliar de enfermagem; três secretárias; oitenta e nove instrutores, divididos em dois turnos; seis professores - sendo do primeiro e segundo segmentos da EJA – um professor de física, um instrutor de ofício; seis cozinheiras em dois plantões; um auxiliar de serviços gerais e uma gerente de cozinha.

¹ Castelnuovo de Asti (agora se chama Castelnuovo Dom Bosco) a 16 de agosto de 1815. Era filho de humilde família de camponeses. Dizia: "Quando crescer quero ser sacerdote para tomar conta dos meninos. Os meninos são bons; se há meninos maus é porque não há quem cuide deles". A Divina Providência atendeu os seus anseios. Em 1835 entrou para o seminário de Chieri. O método de apostolado de Dom Bosco era o de partilhar em tudo a vida dos jovens; para isto no concreto abriu escolas de alfabetização, artesanato, casas de hospedagem, campos de diversão para os jovens com catequese e orientação profissional; foi por isso a Igreja reza: "Deus suscitou São João Bosco para dar à juventude um mestre e um pai. (www.protalsaofrancisco.com.br. Acessado no dia 28/10/2012 às 17h12min.)

Os adolescentes têm o atendimento odontológico através do Programa Saúde da Família, ou pago pela própria família do adolescente. A capacidade de adolescentes internos para o centro é de sessenta adolescentes (60). Porém, atualmente há uma superlotação no Centro Educacional Dom Bosco conta com cento e setenta (170) adolescentes internos. A instituição é regido pelo seguinte documento: *Proposta de Atendimento ao Adolescente em conflito com a Lei no Ceará* (2002). Este documento rege todos os centros de medidas socioeducativas. Ainda está sendo feito o Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno e o Estatuto dos centros, pois eles servirão a todos os centros de medidas socioeducativas, visando garantir além de uma orientação comum (unidade) as orientações específicas para cada realidade de cada centro.

Foram entrevistados os profissionais da equipe multidisciplinar que trabalham no Centro Educacional Dom Bosco. São das seguintes áreas: psicologia, medicina, direito, serviço social, professores e as técnicas em Pedagogia.

A psicóloga está cursando Especialização em Teorias Psicanalíticas. Iniciou no Centro Educacional Dom Bosco como estagiário na Liberdade Assistida, trabalhando no setor jurídico. Como profissional na área da Psicologia, está há um ano no Centro Educativo Dom Bosco. Com relação à avaliação da instituição afirma que faz um trabalho limitado devido à equipe ser reduzido. Assevera que isso contribui para comprometer a qualidade do seu trabalho, pois não há atendimento individualizado. Tanto a estrutura física e quanto a equipe pequena não possibilitam fazer o que se é proposto para sua área. Seu trabalho se dá através de atendimento individualizado. Não é atendimento terapêutico, mas um atendimento voltado ao acolhimento e orientação. Há um encaminhamento após a saída do adolescente. Seu modo de trabalhar é de acordo com a realidade dos adolescentes. Segundo a mesma, há uma integração entre os setores. Há uma troca de informações e de ajuda mútua. Com relação à utilização do Plano Individual de Atendimento – PIA -, previsto no SINASE, tenta fazer com que seja efetivado no centro, mas ainda há muita precariedade neste sentido. Segundo a mesma: “é uma realidade distante das forças da psicologia” Entrevista realizada no Centro Educacional Dom Bosco em 10 de Outubro de 2012. Ter conhecimento sobre o ECA e o SINASE.

Foto 04 – Sala da Psicologia



O médico é especialista em Clínica Médica. Ele está há vinte e sete anos trabalhando nas medidas socioeducativas. Além do Centro Educacional Dom Bosco, ele também auxilia os seguintes centros: São Francisco, São Miguel e Passaré. Seu trabalho é focado para o educacional, iniciação profissional, esportes e família. Muitas vezes ele clínica também em seu consultório para a família dos adolescentes. Segundo o médico, não se tinha essa preocupação antes. Ele também recebe em sua sala os funcionários do centro, esse trabalho se dá três vezes por semana no período, pela manhã. Também dá um apoio às pessoas do bairro onde está inserido o centro educacional. Já ajudou proferindo palestras sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e Drogas. De acordo com o médico, há uma integração com o restante da equipe multidisciplinar do centro educativo, através de reuniões que acontecem no mesmo.

Ele não tem como se utilizar o PIA, devido ao excesso da demanda de adolescentes. Segundo o mesmo, tem pouco conhecimento sobre o ECA e o SINANE. Acredita que essas leis estão desatualizadas e que se precisa de mais punição. A lei precisa ser modificada. Aqui cabe uma indagação. De onde vêm os elementos para este profissional tenha uma posição tão categórica, uma vez que ele próprio afirmou no conhecer estes instrumentos legais?

Outra contradição observada foi em relação à fala de que sua ação está voltada para o educativo, frente ao anseio pela dimensão punitiva que, segundo ele, justificaria uma reforma legal do ECA. A ênfase na punição está presente em vários profissionais envolvidos

com as medidas socioeducativas, o que aponta para a necessidade de uma formação em serviço que problematize o sentido da doutrina de proteção integral e suas conseqüências para a ação junto aos adolescentes em conflito com a lei.

Foto 05 – Sala do médico



A assistente social está cursando Especialização em Serviço Social – Políticas Públicas e Direitos Sociais. Está há dois anos nas medidas socioeducativas. Foi estagiária durante um ano, sendo em seguida efetivada como profissional da área. Sua avaliação sobre o centro educativo está longe de enquadrá-lo ao SINASE, tanto em relação à estrutura física, quanto ao número de profissionais que é deficitário.

Sua atuação é orientar com relação aos direitos, como: tirar documentação dos adolescentes; resgatar vínculos familiares; atendimento para os relatórios e atendimento inicial quando o adolescente chega ao centro educativo. Segundo a mesma, com relação à integração, a equipe multidisciplinar dá um suporte aos outros profissionais, quando há excesso de casos. Acontece uma reunião por mês com essa equipe aonde fazem uma avaliação para discutir a situação dos adolescentes que irão sair. De acordo com a assistente social, não há uma utilização efetiva do PIA. “Não há sentido em se preencher um papel”. Ela afirmou ter o conhecimento sobre o ECA e o SINASE, mas não teceu considerações quando este não será utilizado nos procedimentos diários.

Foto 06 - Sala da Assistente Social



A advogada está cursando especialização em Processo Civil e Administrativo. Trabalha nas medidas socioeducativas há cinco anos. Segundo a mesma, na sua avaliação geral sobre o centro educativo, falta estrutura física (técnica, física, internet e impressora). Assegura que tenta cumprir a tarefa da ressocialização, que é dificultada devido à superlotação. Sua forma de atuar no centro educativo é acompanhando as audiências, fazendo cadastramentos de sanção e internação e atende aos adolescentes e as suas famílias, referente aos processos deles. Com relação à integração com a equipe de profissionais do centro, segundo a mesma, tenta fazer com que haja essa integração, encaminhando os adolescentes para cada setor específico. Ela não se reúne com os outros profissionais de forma mais integrada. Só há uma reunião, com os outros profissionais da equipe técnica, para discutirem e avaliarem o parecer dos adolescentes de internação. Ela relatou que não é utilizado o PIA.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) está elaborando um PIA para todas às unidades. Existem projetos realizados pelo setor jurídico, só que esporadicamente. Uma vez que o setor jurídico, por sua própria natureza, tem o conhecimento aprofundado sobre o ECA e o SINASE, poderia propiciar aos demais profissionais, momentos sobre estes instrumentos legais fundamentais para o funcionamento adequado da instituição. Porém, mais uma vez, a turbulência na rotina cotidiana aliada ao reduzido número de pessoal, impedir tal procedimento.

Foto 07 – Sala da Advogada



O setor pedagógico teceu suas visões sobre o centro educacional de uma forma mais coesa. São duas pedagogas: um é Especialista em Gestão de Clínicas de Hospitais, e a outra é em Psicopedagogia Institucional e Clínica. Com relação ao tempo de trabalho nas medidas socioeducativas, uma tem um ano e seis meses e a outra pedagoga quatro anos. A avaliação sobre o centro educativo é que é regular. Faltam profissionais para algumas áreas. Segundo as mesmas, faltam políticas públicas para as unidades de medidas socioeducativas, além de uma união entre os centros educativos e leis que complementem o acompanhamento dos adolescentes.

A forma de atuarem no centro educativo é através do atendimento do adolescente. De início buscam saber seu nível escolar, com uma pequena avaliação diagnóstica. Fazem o acompanhamento dos professores, orientando seus planejamentos e ajudando na criação de projetos educativos. Procuram saber como estão os adolescentes em sala de aula e acompanham na avaliação do relatório de internação ou sanção, que é enviado para o juiz. A integração com outros profissionais da equipe técnica, segundo as pedagogas, não existe. Concordando com os outros profissionais do centro educativo, afirmam que o que acontece é uma reunião mensal aonde é encaminhado o adolescente para determinada área profissional. Não há um trabalho que reúna a toda a equipe multidisciplinar. Com relação à utilização do PIA, as pedagogas fazem o atendimento inicial, sem utilizar o PIA. De acordo com as mesmas, conhecem o ECA e o SINASE.

Foto 08 – Sala das técnicas em Pedagogia



Apresento o quadro dos professores. Todos têm graduação completa, sendo elas: História, Pedagogia, Matemática e Educação Física. O tempo de experiência varia de um mês a quatro anos. Há uma compatibilidade entre a teoria e a prática, segundo eles. Alguns têm formação continuada em especializações, como: Psicopedagogia, EJA nas Prisões e Matemática. Entrarei em detalhes sobre os professores mais adiante.

Foto 09 – Sala dos professores



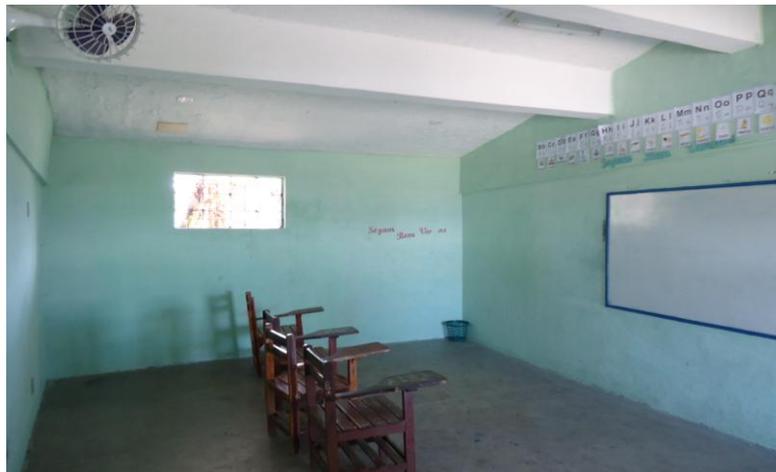
As condições estruturais são as seguintes: existem seis dormitórios, bem conservados, ventilados, arejados, boa iluminação. O banheiro fica dentro do dormitório, é separado por uma pequena parede em formato de quadrado e a água desce do teto por um cano por onde eles tomam banho. São, na sua grande maioria, seis adolescentes por dormitório. Existe um grande espaço na frente dos dormitórios que tem uma boa iluminação do sol e ventilação.

Foto 10 – Alas do Centro Educacional Dom Bosco.



Existem nove (9) salas de aula, sendo utilizadas cinco pela manhã e quatro à tarde. São salas relativamente pequenas, com pouca iluminação, tem carteias de madeira, quadro branco e uma abertura na parede que serve de ventilação, que chamamos de combogós, partilhas ou tem grades por onde passam a ventilação.

Foto 11 – Sala de aula do primeiro segmento da EJA.



O local aonde eles têm acesso aos livros é na Sala de Leitura. A sala de Leitura tem duas mesas e dez cadeiras, duas prateleiras com livros e revistas. Tem dois ventiladores que fazem com que ela fique arejada, e também tem uma iluminação razoável. Eles utilizam a Sala de Leitura somente nas sextas-feiras.

Foto 12 – Sala de leitura.



A quadra de esportes fica por trás dos dormitórios. É um ambiente amplo, bem ventilado, arejado e limpo. A quadra está bem conservada. Além de atividades físicas, também são realizadas competições esportivas entre os adolescentes do centro educativo, como com adolescentes de outros grupos.

Foto 13 – Quadra poliesportiva.



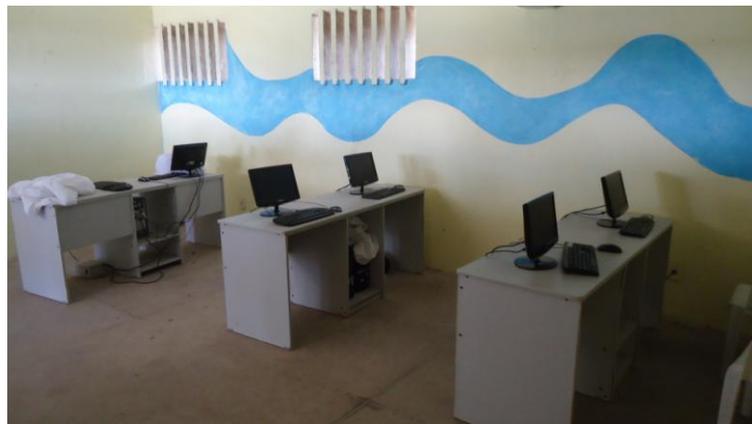
O Centro Educacional não possui auditório. Antes da quadra de esportes tem o único refeitório, utilizado por internos e funcionários em momentos distintos. Um lugar de espaço mediano, arejado, com uma razoável iluminação. Tem seis mesas e vinte e quatro (24) cadeiras onde eles se alimentam. São duas equipes de três cozinheiras se revezando para fazer a alimentação dos adolescentes, em dois plantões.

Foto 14 – Cozinha.



Após as Salas de Aulas, tem a Sala de Informática. No momento estava desativada devido à falta de professores especializados. Na sala de informática é ministrado cursos de programação básicos e acesso a internet. Espaço amplo, iluminado, arejado e com equipamentos razoavelmente modernos. São dez computadores; porém, somente sete estão funcionando no dia no qual foi realizada a pesquisa.

Foto 15 - Sala de Informática.



O centro educacional oferece cursos profissionalizantes que são fixos nessa unidade socioeducativa. São eles: vime, marcenaria e artes plásticas. Na oficina de artes plásticas eles fazem caixas de papelão com duração de um mês de oficina. A oficina de jardinagem também tem duração de um mês. As oficinas são divididas em uma parte teórica e outra prática. Além dessas oficinas, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

também oferece cursos profissionalizantes. Quem estava ministrando os cursos era a Instituto de Desenvolvimento Social (IDESA), durante o levantamento do diagnóstico. Quem escolhe os cursos a serem ministrados pela IDESA e quais são os adolescentes que farão os cursos profissionalizantes é o diretor do centro educacional.

Foto 16 - Sala de Artes Plásticas.



Foto 17 – Sala da Oficina de Vime.

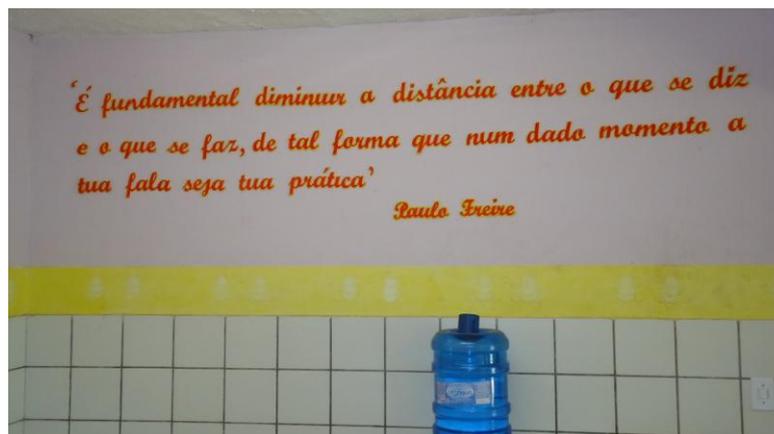


O espaço para receber visitas fica na entrada do centro educativo, do lado direito. É um ambiente aberto, onde se passa por um corredor entre a direção e a secretaria. Tem um instrutor educacional observando os adolescentes e sua família. Tem várias cadeiras para o adolescente e sua família se sentarem e conversarem. É um espaço bom, limpo, arejado, bem iluminado e tem várias frases que reforçam pensamentos positivos. Vejamos algumas delas para ilustrar o tipo de clima que se deseja estabelecer na instituição:

Foto 18 – Espaço onde os adolescentes recebem visitas.



Foto 19 – Frases de cunho positivo.



Além das oficinas já citadas anteriormente, o centro educativo tem um convênio com uma fábrica de roupas esportivas, a Pena em parceria com o Projeto Primeiro Passo e o Instituto de Educação Portal (IEP). Existe uma sala destinada para eles se profissionalizarem. Este local é ventilado, bem iluminado, um ambiente bem agradável que tem música ambiente. Existem mesas, onde são feitos os cortes nas camisas, cadeiras, um instrutor educativo e uma pessoa que os ajuda no trabalho profissional. São vinte adolescentes, divididos em dez pela manhã e dez pela tarde. Esse projeto tem a duração de um ano. O adolescente está na condição de aprendiz e a remuneração pra cada adolescente é de R\$ 425,00. Se durante o

projeto eles se qualificarem e demonstrarem interesse pelo ofício, há uma seleção entre eles, e alguns são contratados pela Pena.

Foto 20 – Sala do Projeto Primeiro Passo em Parceria com fábrica de roupas Pena.



Não há uma relação direta entre a EJA e a profissionalização. Com relação a EJA e a família, o que existe é uma participação das famílias em dois momentos: nas missas e nas festas do centro educativo. Não há um projeto de integração entre a família, os adolescentes e a EJA. Existem dois projetos de cunho religioso, atuando dentro do centro educativo: Casa de Meu Pai, de uma denominação evangélica e a Canção Nova, da Paróquia da Piedade, da Igreja Católica, comandada pelo padre Gilberto.

Agora irei apresentar o perfil socioeconômico dos adolescentes, pelos quais os adolescentes estão cumprindo as medidas socioeducativas, a faixa etária varia entre doze (12) a dezesseis (16) anos. As infrações cometidas pelos adolescentes são: assalto (roubo); furto; descumprimento de medidas socioeducativas; homicídio; latrocínio; tentativa de homicídio; tráfico de drogas ilícitas e estupro. O maior motivo das reincidências no centro educacional é o descumprimento das medidas socioeducativas. Na sua grande maioria está a Liberdade Assistida, pois os mesmos não comparecem para assinar e fazer as atividades propostas.

Com relação ao tratamento de drogadição e alcoolismo, eles são encaminhados para o CAPES (Centro de Atenção Psicossocial).

O perfil socioeconômico, da grande maioria dos adolescentes, demonstra que são de todos os bairros periféricos de Fortaleza e também do interior do Estado do Ceará. Vivem

em extrema pobreza. Há exceções também. Têm adolescentes que possuem um padrão de vida razoável e família bem estruturada.

Agora irei ilustrar a visão e concepção de vida dos adolescentes do centro Educacional Dom Bosco. A (maioria) dos entrevistados disseram acreditar em Deus, gostam de esportes, principalmente futebol. Afirmaram que mudariam de vida se conseguissem um trabalho. Um apenas disse que gosta de assistir filmes e ir a festas. Com relação à importância da escola na sua vida, disseram que a escola é muito importante, pois aprendem a ler e a escrever, estudando garantem um bom futuro pela frente e um bom emprego. Apesar deste discurso, que repete o que eles escutam dos educadores e das autoridades, a maioria está afastada da escola regular, variando de quatro meses a cinco anos. Um socioeducando está regularmente matriculado e dois não souberam responder. As expectativas de futuro dos socioeducandos ao saírem são essas: constituir uma família; estar “bem” de vida; terminar os estudos; e arranjar um emprego e ser jogador de futebol. Seus sonhos são estudar, constituir família, trabalhar e somente um quer ser jogador de futebol. Segundo a maioria dos socioeducandos, nenhum direito é negado no centro educativo. Apenas um citou a liberdade como direito negado.

Conforme a maioria dos socioeducandos, a relação com a direção do centro educacional é boa ou legal. Um dos socioeducandos disse que não existe essa relação com a direção; outro disse que a direção trabalha muito e não tem paciência. Com relação aos técnicos, a maioria dos socioeducandos disse que tem uma boa relação.

Segundo a maioria dos adolescentes, têm um bom ou ótimo relacionamento com sua família. Já com relação aos professores, todos têm um bom relacionamento. Gostam dos professores. Também relataram ter um bom relacionamento com os instrutores. Apenas dois adolescentes disseram que tem uma relação “mais ou menos”. Entre eles, segundo os próprios, mantém um bom relacionamento.

A maioria deles participou de algum grupo de jovens de igrejas cristãs, antes de estarem na instituição. Apenas um nunca participou e outro citou que participou de um grupo de capoeira. A imensa maioria disse acreditar em Deus, apenas um se denominou católico. Estes dados mostram que a equação “crer em Deus” mais “ter religião” não é igual ao afastamento de atos infracionais, indicando a necessidade de uma maior preocupação das instituições religiosas com a formação juvenil.

Para avaliar o grau de importância que os adolescentes atribuem a diferentes aspectos da vida deles, apresentei uma lista e solicitei que eles marcassem a intencionalidade de cada um. Obtive as seguintes indicações:

	NENHUMA IMPORTÂNCIA	POUCA IMPORTÂNCIA	MAIS OU MENOS IMPORTANTE	MUITA IMPORTÂNCIA
FAMÍLIA				9
AMIGOS			8	
SITUAÇÃO DO PLANETA				9
SITUAÇÃO DO BRASIL			3	6
ESCOLA			2	7
RELIGIÃO			4	5
ESPORTES			1	7
TRABALHO				9
NAMORO			1	8
POLÍTICA		1	3	4
SEXO			3	4
DROGAS	8		1	
DINHEIRO		1	3	5
FUTURO				8
RESPEITO DIFERENÇAS ÀS			2	7

Com relação aos dados obtidos a partir da tabela distribuída e respondida pelos adolescentes, que no caso foram nove (09) entrevistados, percebe-se que a família, a situação do planeta e o trabalho foram unanimidades.

Na hierarquização apontada pelos jovens o segundo grupo de aspectos importantes inclui: namoro, futuro, escola, esportes e respeito as diferenças. Por mais críticas que possamos fazer a instituição escolar, esta se apresenta como espaço importante, vinculando-se, inclusive, a preparação para o futuro.

Um terceiro grupo apresentou-se como uma importância mediana: política, situação do Brasil, religião, sexo e dinheiro. Esse grupo demonstra que os adolescentes não estão tão interessados em assuntos que estão no seu cotidiano, e que podem provocar mudanças significativas em suas vidas. Até mesmo a religião, que é apontada como um fator que ajudaria esses adolescentes a refletirem sobre seus atos, não foi destacada por eles. e como não seria diferente, a política também não foi um fator destacado pelos adolescentes.

Eles ainda acreditam na família como instituição social e o trabalho seria como um fator de saída dessa situação em que se encontram. As questões ambientam-se no centro educativo de suas preocupações.

As drogas foram apontadas como um aspecto que não tem nenhuma importância para eles. Isto merece uma reflexão, pois, não tive como saber se eles estavam respondendo com sinceridade. O questionário foi entregue a todos, mas, tinha um instrutor educativo na porta. Pode ter causado certa inibição com relação a essa resposta.

Este resultado coincide com pesquisas nacionais e regionais, demonstrando que mais uma vez a opinião do senso comum não tem sustentação.

3. Capítulo 2: REFLETINDO SOBRE A PRÁXIS PEDAGÓGICA NO CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO.

Em todo espaço escolar existem dificuldades a serem superadas, e facilidades a serem abordadas, e caso sendo uma prática de sucesso, deveria ser copiada por toda comunidade escolar. No centro Educacional Dom Bosco não poderia ser diferente. Além da problemática sóciohistórica a cerca dos educandos, o centro educativo também enfrenta suas dificuldades pedagógicas. Mas, também, tem suas facilidades educativas. E ninguém melhor para relatar tudo isso do que as professoras.

3.1 – Formação de Professores

Irei começar esse capítulo discorrendo um pouco sobre a formação de professores e da alfabetização como direito garantido na lei, pois a pesquisa trata das práticas de leitura e escrita.

O primeiro segmento da EJA é praticamente composto por pedagogos. Esses profissionais da educação têm uma graduação de cinco anos, normalmente ofertada pelas universidades públicas: Federal (UFC), Estadual (UECE e UVA), e algumas faculdades particulares. O que se percebe é que essa formação é muito ampla. Mesmo assim, não atende às necessidades das medidas socioeducativas, por exemplo. Mais como deveria ser esse professor? Segundo Marguerite Altet (2007), o professor profissional é, antes de tudo, um profissional da articulação do processo de ensino-aprendizagem em uma determinada situação, um profissional da interação das significações partilhadas. Esse profissional tem que atuar nas diversas áreas em que a educação está sendo exigida. Apesar disso, esse profissional ainda sai da academia despreparado para enfrentar essa realidade, seja ela escolar ou de um centro de medidas socioeducativas.

A formação desses professores de medidas socioeducativas, os quais, em sua maioria, são os pedagogos, é muito importante dentro do contexto das práticas de leitura e escrita. Mas, será que ele está preparado para vivenciar essa realidade das medidas socioeducativas? Será que o Curso de Pedagogia está preparando bons pedagogos para atuar como alfabetizadores? Os pedagogos são os profissionais que ficam com a base do Ensino

Fundamental I, recebendo as crianças e acompanhando-as até o quinto ano. Assim, são os responsáveis pela alfabetização, e sua formação é direcionada para essa parte da educação básica. Segundo Loureiro (2001, p. 11-12), as justificativas são:

- 1 – é a educação básica pela qual passa a maioria da população brasileira;
- 2 – sendo a educação atualmente obrigatória, pressupõe-se que deva ser aquela pela qual o estado tem a maior responsabilidade;
- 3 – é aquela para a qual se destinam os profissionais formados pelas Faculdades de educação através do seu curso de pedagogia.

Então, a formação desse profissional é de extrema importância. O que se percebe são professores despreparados para várias situações em diversos tipos de sala de aula, justamente por falta de uma formação que acompanhe uma realidade que muda drasticamente a cada dia. Hoje, o pedagogo não atua somente em escola regular. Há inúmeros outros espaços educativos: hospitais, presídios, ONG e centros educativos para cumprimento de medidas socioeducativas. Em todos esses espaços, pode-se contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com uma sociedade mais justa. Conforme afirma Loureiro (2001, p. 12), “[...] buscamos construir uma sociedade mais justa e democrática, buscamos formar sujeitos autônomos e críticos da organização da sociedade brasileira atual capaz de pensar e construir a sociedade que almejam.” O problema é que a formação do pedagogo está longe das salas de aula. O Curso de Pedagogia forma professores para sala de aula, com um currículo “inchado” de disciplinas, uma visão muito ampla da educação, mas a prática fica distante da realidade. A formação, assim, fica muito aquém do esperado, e o curso acaba perdendo sua identidade.

Um profissional sem identidade não sabe agir diante das várias situações que se apresentam diante de si. É na formação dos professores que isso tem que ser discutido, pesquisado e avaliado. Temos muitos problemas com relação à formação e à construção da identidade profissional, e isso se reflete na sala de aula. De acordo com Guimarães (2001, p. 102), temos o seguinte problema: “[...] o professor hoje é colocado em xeque principalmente pela sua condição de fragilidade em trabalhar com os desafios da época, com as novas tecnologias, com a avalanche de informações e suas conseqüências nas disposições de aprendizagem dos alunos, com as mudanças nas relações professor-aluno.”

Se a academia não prepara para os vários espaços escolares onde se atua, a formação tem muitas falhas. E são essas falhas que incidirão diretamente na construção da

identidade do professor. É essa identidade profissional que fará com que se encarem os desafios das inúmeras formas da sala de aula como um assunto da profissão exercida. Mas como fazer isso se essa identidade anda perdida? Conforme Guimarães (2001, p. 105), “[...] um aspecto que parece ter avançado é a reflexão sobre a questão da identidade profissional do professor e parece-me significativo o empenho dos pesquisadores no sentido de ressignificá-la.”

Historicamente, a identidade do pedagogo foi questionada e sofre preconceito, justamente por ele ser a base da educação e lecionar na educação infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Essa visão ainda é compartilhada atualmente, o que, além de desqualificar a profissão, faz com que eles tenham baixa autoestima. Conforme Loureiro (2001, p. 15): “A imagem desse professor desse nível de ensino não corresponde à de um intelectual erudito, mas a de alguém que domina conhecimentos rudimentares.” Conseqüentemente, essa visão se reproduzirá na escola, onde esses profissionais atuam. Como a maioria dos pedagogos trabalha em escolas, o rótulo irá persegui-lo ainda por muito tempo. Cria-se, então, uma escola voltada para o trabalho, quando sabemos que a função dela não é essa, mas tal imagem está atrelada ao pedagogo e à sua formação. Quem explica melhor esse rótulo criado é Loureiro (2001, p. 15): “Historicamente, a escola básica nasceu para domesticar vagabundos, para tornar o povo ordeiro e disciplinado para o trabalho. Evidentemente essa origem contribuiu para o imaginário social que se faz ainda hoje da escola básica, do seu professor e da sua formação.”

A formação tem que ser mais voltada para realidade da sala de aula, que muda com muita rapidez. A sociedade exige um profissional de qualidade; mas, para isso, ele precisa ter uma formação bem alicerçada, pois, senão, compromete a qualidade em sala de aula. Dialogando com Loureiro (2001, p. 12-13), “[...] a formação de professores tem sido vista como pré-condição da renovação e elevação da qualidade da educação escolar. Esta é vista como dependendo exclusivamente do professor, que, por sua vez, é visto como reflexo da formação que recebeu.”

O Curso de Pedagogia tem que preparar melhor seus alunos; tem que estabelecer uma relação melhor entre teoria e prática. Precisam-se suscitar discussões sobre os novos campos de atuação da educação, como as medidas socioeducativas. É necessário também pensar em disciplinas que envolvam os alunos com questões antes nunca pensadas. A educação formadora precisa ser prioridade em todos os sentidos, inclusive na universidade, o

que não acontece, na maioria dos Cursos. Scheibe (2002, p. 53) retrata bem o descaso com a formação de professores na universidade:

A história, no interior das universidades, nem sempre foi favorável a formação dos professores e ao seu potencial de socialização e integração do conhecimento das várias áreas. Cultivou-se pro longo tempo, uma tradição de desqualificação tanto dos profissionais que atuam nas faculdades de educação quanto dos professores que elas formam nos cursos de pedagogia, de licenciaturas e pós-graduação.

Vê-se que, nem dentro da própria universidade, a educação é tratada com seu devido respeito. É dessa universidade, onde se forma e discrimina ao mesmo tempo, que saem os profissionais que comporão os bancos das salas de aulas, sejam nas escolas regulares ou em universidades. É importante que a universidade reveja o papel desse profissional também, a começar pelo Curso de Pedagogia, pois o se trata de um Curso que forma os futuros profissionais e os formadores em educação.

A formação de professores exigida ou necessária para atuar em centros educativos deve ser baseada na modalidade de ensino EJA. Sabemos que, muitas vezes, na formação em Pedagogia, dependendo do turno, não se tem essa modalidade de ensino. Sobre a formação em EJA, Machado (2001, p. 32) destaca a precariedade da formação dos professores que não têm acesso a discussões específicas sobre EJA em sua formação inicial nem na formação continuada, a qual propicia essas discussões.

Muitas vezes, essas formações são distantes da realidade da sala de aula da escola regular. Se, durante a Graduação, essa formação já é considerada ruim, como seria, então, a formação continuada com relação a essa realidade? Dialogando com Machado (2001, p. 53), vemos que “[...] a formação continuada de professores deve ser feita numa estreita relação com a prática cotidiana, com acompanhamento sistemático ao professor, para que se possa garantir algum retorno desta ação ao trabalho efetivo em sala de aula.”

Na formação de professores, é necessário que os graduandos conheçam as várias realidades da sala de aula. Quanto mais cedo se depararem com a realidade, mais preparados estarão esses profissionais. Muitos dos próprios docentes das faculdades de Educação nunca pisaram em uma sala de aula de escola regular. A sala de aula que conhecem é a da própria faculdade. Como falar sobre algo que não se conhece? Muitos deles discorrem sobre esse assunto sem ao menos terem ido a uma escola, a olhar como é a realidade dos colegas professores da escola básica. Quanto à necessidade de os teóricos da educação conhecer a realidade escolar, Amaral (2002, p. 149) afirma: “Poucos são os teóricos da educação

brasileira – com honrosas exceções – que já puseram os pés dentro de uma sala de aula da escola elementar e lá ministraram aulas.”

Se a minha base é a teoria estudada durante nossa formação, torna-se complicada a situação em que um teórico discorre sobre uma prática de leitura ou escrita sem ter ele sequer entrada em uma sala de aula, não tendo, assim, uma formação com base na realidade escolar. É mais complicada ainda quando se fala de medidas socioeducativas, quando os alunos são adolescentes e não são crianças, sujeitos priorizados nos Cursos de Pedagogia. Assim, precisamos repensar essa formação de professores, para atender à multiplicidade educativa, tendo em vista a qualidade da aprendizagem.

3.2 – Propostas Curriculares em EJA

As Propostas Curriculares do primeiro segmento da EJA (2001) referem-se à alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos, cujo conteúdo corresponde às quatro primeiras séries do primeiro grau. Hoje, sabemos que o antigo primeiro grau corresponde ao Ensino Fundamental, dividido em Fundamental 1 e 2; no caso, o primeiro segmento está inserido no Fundamental 1. A alfabetização se torna imprescindível nesse contexto escolar e sócio-histórico. De acordo com o *Programa Brasil alfabetizado* (2004, p. 14): “Alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e escrever (decodificação) [...]”, mas, atualmente, não se trabalha só com a alfabetização, mas também na perspectiva do Letramento. Nesse sentido, conforme o *Programa Brasil Alfabetizado* (2004, p. 14): “Letramento seria o estado ou condição de quem apenas não sabe Ler ou escrever, mas, interpretar, compreender, cultivar e exercer as práticas sociais decorrentes da linguagem.” Diante dessa realidade curricular apresentada, debruçam-se sobre ela os professores, com seus desafios de fazer com que seus alunos, além de sair alfabetizados, tornem-se letrados, e mudem suas vidas.

A alfabetização se tornou um grande e grave problema no Brasil. O país detém índices alarmantes de analfabetos, principalmente entre jovens e adultos, em pleno século XXI. Quem aponta esses dados alarmantes é *a Proposta Curricular do primeiro segmento da EJA* (2001, p. 35) “No Brasil, há mais de 35 milhões de pessoas maiores de catorze anos que não completaram quatro anos de escolaridade. Esse grande contingente constitui o público

potencial dos programas de educação de jovens e adultos correspondentes ao primeiro segmento do ensino fundamental.”

Diante dessa situação, que, no caso, não é só brasileira, mas mundial, em 2003, a UNESCO se reuniu com vários países na 56ª sessão de sua Assembleia Geral, da qual saiu o documento intitulado *Alfabetização para Todos: uma visão renovada para um pleno decenal de ação* (Souza, 1999, p. 71). A década então sugerida para esse plano seria de 2003 a 2012. Dentre os inúmeros países que concordaram diminuir os altos índices de analfabetismo, está o Brasil. O problema da falta de alfabetização chegaria ao século XXI como algo muito grave, a ser erradicado. Isso implicaria um esforço global para diminuir as taxas de analfabetismo, dando assim, melhores condições para que essas pessoas pudessem melhorar suas expectativas com relação ao futuro.

Mas no que consistia esse plano decenal da UNESCO? Conforme a Revista Fênix (2002, p. 77), esse plano consistia em:

[...] uma grande mobilização com participação das comunidades local, nacional, regional e internacional. Famílias, sistemas escolares, instituições educativas, culturais e religiosas, bibliotecas, centros acadêmicos e de pesquisas, meios de comunicação massiva, empresa privada, organizações sociais e esportivas: todos têm um lugar e um papel nessa ampla mobilização.

A UNESCO quer que toda a sociedade civil, de forma organizada, participe dessa luta pela alfabetização. O que chama mais atenção é como o Estado tem muita culpa por essa situação. As políticas públicas estão falhando, não estão atingindo a parcela da população mais carente justamente de educação. O melhor exemplo disso está no Brasil, onde a EJA é deixada em último plano como política pública. Assim, é negado a uma grande parcela da população um direito constitucional adquirido. De acordo com o *Programa Alfabetização para Todos da UNESCO* (2002, p. 80):

Os governos devem assegurar que a alfabetização esteja situada nos centros das políticas e dos esforços de educação básica para todas as idades, independentemente do sistema de aprendizagem, formal ou não formal, presencial ou à distância. Deve por isso mesmo assegurar que tais políticas se dirijam, em primeiro lugar, aos grupos mais necessitados e discriminados por razões de renda, idade, gênero, etnia ou quaisquer outras condições.

A Sexta Conferência Internacional de educação de adultos (CONFITEA), realizada em Belém, no ano de 2010, demonstra o quanto a alfabetização é importante: “Afirmamos que a alfabetização é o alicerce mais importante sobre o qual se devem construir

aprendizagens abrangentes, inclusivas e integradas ao longo de toda a vida para os jovens e adultos.” (2010, p. 6).

Se o direito à educação está garantido na *Constituição Federal*, no ECA, no SINASE e em tantas outras leis e documentos oficiais, há de investir maciçamente nessa área. A alfabetização é o primeiro passo na construção de uma cidadania mais livre, democrática e crítica. Conforme Paulo Freire (1987), a questão está em que pensar automaticamente é perigoso. Uma nação com uma educação de qualidade tem um povo mais crítico e participativo. Só se pode ter essa nação com bons alfabetizadores, pois a alfabetização é o alicerce da educação. Sem ela, não se constrói a casa do conhecimento humano. Conforme a *Confitea VI* (2010, p. 7):

O direito a alfabetização é parte inerente do direito a educação. é um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade.

Trazendo todas essas ideias para o centro educacional, suscitaremos agora sobre as dificuldades e facilidades dos professores alfabetizadores nesse ambiente. Esses profissionais trabalham com adolescentes em conflito com a lei. São diversos os tipos de infração, o que faz com que o juiz determine em qual centro ficará cada adolescente, dependendo do ato infracional, e por quanto tempo ele cumprirá essa medida socioeducativa. A sociedade, no senso comum, tende a rotulá-los de “marginais”, sem saber por qual situação social e histórica passou aquele adolescente. Nesse sentido, Paulo Freire (1987) nos diz que, na verdade, os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram “fora de”, sempre estiveram “dentro de”; dentro da estrutura que os transforma em “seres para outro”. Muitos desses adolescentes que chegam ao centro educativo passam anos sem frequentar a escola. Uma parcela nem alfabetizada é.

Há alguns casos de adolescentes que nunca foram à escola; que nem adequado desenvolvimento de motricidade têm para pegar em um lápis; que mal sabem escrever seu nome. É justamente esse o desafio dos professores alfabetizadores: alfabetizar e criar uma cultura escolar, fazendo com que esse adolescente tenha gosto pela leitura e escrita. De acordo com as pedagogas do centro educativo, os recursos didáticos utilizados no centro educativo são: livros, mapas, *datashow*, TV, DVD, *notebook* e som. Esses recursos didáticos estão disponibilizados para as professoras utilizarem em suas aulas.

Os professores alfabetizadores estão em uma instituição educativa, apesar de não parecer. Essa instituição se define, conforme a *Proposta de Atendimento ao Adolescente em conflito com a Lei no Ceará* (2001, p. 35), assim:

Instância social mediadora e articuladora do projeto de homem e de sociedade a seguir descrito. Espaço acolhedor, motivador da vontade de enfrentar e vencer desafios; inovador, alegre e interessante, fomentador da participação, criatividade e cooperação; mobilizador do assumir consciente, do diálogo, da iniciativa pessoal e coletiva; essencialmente, espaço do desenvolvimento dos referenciais teórico-metodológicos desta Proposta Pedagógica. Pólo disseminador de cultura. Instituição cidadã.

Como os adolescentes estão cumprindo uma medida socioeducativa, cabe lembrar que ela também é pedagógica, a qual se reflete em tudo o que está sendo feito no centro educativo. De acordo com o *Monitoramento do Sistema Educativo* (p. 15):

O caráter pedagógico das medidas socioeducativas ganha contornos mais específicos a partir das propostas de educação formal, semiprofissional e da socioeducação, a partir da aplicação de um programa pedagógico obrigatório que conduza o adolescente a refletir sobre o ato infracional cometido e suas conseqüências a sociedade, além de fortalecer seus direitos de cidadania.

Conforme foi citado, tudo o que acontece no centro educativo se dá como uma medida pedagógica, ou seja: a educação tem que balizar em tudo; tem que estar em primeiro lugar. Tudo o que for feito e pensado, baseando-se no ECA e no SINASE, precisa ter caráter educativo.

No Centro Educacional Dom Bosco, há cinco professores de EJA, três do primeiro segmento e dois do segundo segmento. Deter-nos-emos somente com as professoras do primeiro segmento, pois são alfabetizadoras. São todas graduadas em Pedagogia, duas são especialistas; uma delas é Psicopedagoga e a outra em EJA nas Prisões, e a terceira em Matemática com formação em EJA pela Universidade Estadual do Ceará. De acordo com as professoras, há compatibilidade entre a formação que receberam e como atuam dentro do centro educativo. Seus referenciais teóricos são: Paulo Freire, Loback, Emília Ferrero e Ana Teberosk. A metodologia em sala de aula parte do diálogo entre professor-aluno, que consiste em conhecer primeiro a visão do estudante, segundo as professoras, em uma relação dialógica. Confessaram, no entanto, que, muitas vezes, adotam o ensino tradicional; sobretudo quando se trata da avaliação de aprendizagem. Para isso, utilizam os seguintes critérios e instrumentos: participação do aluno, frequência, atividades feitas em sala de aula e aplicação de prova.

Discorrendo sobre as dificuldades em sala de aula, elas relataram o seguinte: o espaço da sala de aula é muito pequeno, além de precário; as carteiras são antigas e os materiais escolares e didáticos são deficitários. Com relação ao salário, disseram que o valor era regular. Porém, ele diminuiu, e acreditam que deveria haver um acréscimo, devido à questão da insalubridade, pois trabalhar no centro educacional constitui risco de vida. Suas expectativas para o futuro são: uma quer deixar a profissão e passar em um concurso público em outra área que não a da Educação; outra quer ser professora formadora; e a terceira quer atuar como psicopedagoga.

Mesmo diante desse relato com relação ao futuro, as professoras se sentem satisfeitas com seu trabalho. Disseram também que o que atrapalha no desenvolvimento do trabalho pedagógico da leitura e escrita é o fato de não poderem utilizar alguns materiais, como: tesoura, som, televisão (para exibir filmes). Também não utilizam a sala de leitura, pois não há acesso a ela. Dessa forma, o trabalho de incentivo à leitura fica comprometido. A maioria dos alunos chega ao centro educativo no nível pré-silábico ou silábico, o que também acarreta problemas na hora de se trabalhar o conteúdo didático.

Segundo as professoras, não há relacionamento algum com os demais técnicos do centro educacional, exceto com as técnicas do setor pedagógico, pois já as conhecem. Também não há contato algum com a família dos adolescentes. Já com seus alunos, há um relacionamento considerado “tranquilo” por ambas as partes, tanto pelas professoras quanto pelos estudantes.

4. Capítulo 3: CONHECENDO OS FUNDAMENTOS ORIENTADORES DAS ATIVIDADES DE LEITURA E ESCRITA EFETIVAMENTE REALIZADAS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA NO CENTRO EDUCACIONAL DOM BOSCO.

O trabalho docente baseia-se na busca por uma relação mais efetiva entre teoria e prática. Uma não pode se dissociar da outra, não há como separá-las. Minha prática pedagógica sempre estará balizada em alguma teoria, ou em várias, aprendidas durante a formação. É bem verdade que, quando vou para a prática, defronto-me com situações não vistas e ressignificadas a cada dia na academia. Mas isso é motivo para estudar mais um pouco e melhorar como profissionais da Educação.

Sabe-se que a sala de aula é hoje um grande desafio. Tudo é mais interessante do que o ambiente escolar, seja qual for o contexto. Assim, é necessário algo muito mais criativo e atraente para que os alunos queiram participar ativamente desse ambiente escolar. Ou seja: sempre temos o desafio de melhorar como profissional. O professor é um profissional que precisa estudar sempre, aprimorar-se muito, para poder aplicar/recriar em seu local de trabalho tudo o que aprendeu.

Esse trabalho sobre as práticas de leitura e escrita, muito ligadas à alfabetização, tem um processo árduo e complicado, visto que os alunos são adolescentes que há alguns anos deixaram a escola; ou, se foram à escola, fizeram-no por algum motivo que não o da aprendizagem. Tal trabalho precisa ser bem preparado e minucioso, pois o processo de alfabetização, da aquisição da leitura e da escrita, precisa ser bem elaborado em todos os aspectos pedagógicos. Segundo Souza (2001, p. 63): "Sabemos que o processo de aprendizado da língua é influenciado pelo clima da sala de aula, pela relação com a professora e com os colegas e, ainda, pelo contexto mais amplo em que se inserem os alfabetizados". Ressaltando que uma das autoras nas quais fundamentei quando nas análises das falas das professoras trata desse tema na perspectiva da aprendizagem da criança. Muitos desses adolescentes estão em um nível alfabético muito baixo, porque não tiveram uma boa educação infantil e alfabetização, ou nunca foram à escola. Isso se reflete dentro da sala de aula. As professoras, assim, terão que trabalhar conceitos básicos, ou até, se for o caso, trabalhar motricidade com esses adolescentes, pois alguns deles não sabem sequer pegar no lápis para escrever seu próprio nome.

As professoras começaram a entrevista mostrando-me o material de trabalho utilizado no centro educacional. Mostraram um livro intitulado Projeto identidade e o alfabeto móvel confeccionado com tampas de garrafas pet. Segundo elas, os autores que as orientam nas práticas de leitura e escrita são: Emília Ferreiro e Ana Teberosk, Esther Pillar Grossi e Paulo Freire.

Uma das professoras entrevistadas² relata o seguinte³:

Pego a figura do leão. Associo à letra L a figura do leão. Depois, vou mostrando o tipo de letras, que são de imprensa e cursiva. Assim, ele irá reconhecer e associar a letra L ao leão. Após essa parte, mostro a transformação da letra de imprensa em cursiva. Trabalho assim com a figura, a palavra, o nome do animal e a letra inicial. (Entrevista realizada no Centro educacional Dom Bosco, no dia 28 de Outubro de 2012)

É perceptível que esse aluno está no nível pré-silábico. De acordo com Goelner (2008) os níveis são estes:

Nível 1: Hipótese Pré-Silábica;

A criança:

- não estabelece vínculo entre fala e escrita;
- demonstra intenção de escrever através de traçado linear com formas diferentes;
- usa letras do próprio nome ou letras e números d/na mesma palavra;
- caracteriza uma palavra como letra inicial;
- tem leitura global, individual e instável do que escreve: só ela sabe o que quis escrever;

Nível 2: Intermediário I;

A criança:

- começa a ter consciência de que existe alguma relação entre pronuncia e a escrita;
- começa a desvincular a escrita das imagens e os números das letras;
- conserva as hipóteses da quantidade mínima e da variedade de caracteres.

Nível 3: Hipótese Silábica;

A criança:

- já supõe que a escrita representa a fala;
- tenta fonetizar a escrita e dar valor sonoro às letras;
- já supõe que a menor unidade de língua seja a sílaba;
- em frases, pode escrever uma letra para cada palavra.

Esse adolescente ainda não aprendeu a codificar e decodificar as palavras. Precisa associar figuras com letras para, depois disso, compreender que aquela palavra se refere ao animal leão. Ou seja: se não associar a figura à palavra, a começar pela letra inicial, não

² As entrevistas foram realizadas nos meses de Outubro e Novembro de 2012.

³ Para valorizar os sujeitos que contribuíram na pesquisa, suas falas aparecerão em itálico, após uma pausa.

saberá escrever a palavra leão. Ele precisa começar a perceber como essa relação entre figura e letras acontece compreender que a letra “l” é a primeira letra da palavra leão, além das características do animal, exploradas pela professora em sala de aula. Toda essa junção de letra, figura, palavra e fonema farão com que ele comece a pensar e a se despertar para a codificação e a decodificação. Segundo Grossi (1994, p. 45), “[...] no nível pré-silábico, as categorias lingüísticas (letras, palavra, frase, texto) não são amalgamados e, por isso, é necessário trabalhá-los todos simultaneamente, para que o aluno se familiarize com eles e comece a esboçar sua distinção.” Assim, é necessário que se debruce sobre várias formas de associar cada letra do alfabeto com algo que seja parecido com ideias pré-concebidas.

A professora vale-se de um alfabeto no qual há várias figuras de acordo com sua letra inicial. Parece ser algo meio infantil, mas é dessa forma que ela faz com que esse adolescente comece a associar uma figura a uma determinada letra do alfabeto. Claro que isso ele já deveria saber. Mas sua realidade escolar não o permitiu fazer com que esse aprendizado fosse adiante. Ele retorna à sala de aula, assim, com um *déficit* de aprendizagem muito grande; e terá que reaprender a reconhecer as letras, formular hipóteses mais aprofundadas; e, depois de tudo isso, começar a escrever a letra e o nome desse animal. Tudo isso remete ao bom e velho ensino tradicional, que é muito criticado atualmente, mas, nesse caso, se torna um fator normal dentro do centro educativo.

Há uma lacuna muito grande a ser preenchido, o que, muitas vezes, não acontece, porque esse adolescente passa um determinado período de tempo no centro educacional. Depois, sai e não se sabe se volta para a escola. Segundo Sierra (2006, p. 151): “A sociedade é chamada para colaborar de diversas formas, contanto que não tenha o direito de decidir ou fiscalizar”. Ou seja, a sociedade exerce um papel passivo nas decisões desses adolescentes. Poderia ajudar muito mais, mas lhe é negado o direito de intervir e decidir melhor sobre esses adolescentes.

Outra professora alfabetizadora relata assim:

Percebo que muitos passaram pela escola. Mas, trouxeram pouca bagagem na questão da leitura e da escrita, e por isso, eles não têm aquele prazer em fazer. Levo materiais diferentes que eles possam manusear, praticar, sentir prazer e se envolver no assunto que está sendo trabalhado. (Entrevista realizada no Centro educacional Dom Bosco, no dia 28 de Outubro de 2012)

Esses adolescentes não têm contato com o mundo letrado. Mesmo na escola, falta um trabalho maior voltado para o mundo da leitura, conseqüentemente, da escrita. Não há estímulo maior para se conhecer o mundo da leitura, da imaginação, da criação de outro mundo imaginário onde criamos personagens e fazemos dessa história nossa própria história. Eles realmente não têm bagagens escolares alguma está ali por qualquer motivo, menos para aprender a ler e escrever. É um passatempo estar na sala de aula, melhor do que ficar no dormitório. A sala de aula no centro educacional se torna mais desafiadora. Além do conteúdo didático, tem-se o desafio de fazer com que esses adolescentes, excluídos socialmente, possam apreender o conhecimento perdido há alguns anos, refletir sobre sua situação; e de fazer com que saiam do centro com pelo menos alguma bagagem educativa.

Se, na sala de aula de uma escola tradicional, já é complicado chamar atenção dos alunos, imagine em um centro educativo com adolescentes em conflito com a lei. Precisam-se trabalhar também os valores éticos perdidos, pois estes lhes ajudarão a se reconhecer como sujeitos de si, de uma situação social na qual a sociedade os vê como o lixo dela própria. O professor se torna, nessa situação, indispensável.

Continuando os relatos, uma das professoras narrou o seguinte sobre o diagnóstico alfabético de seus alunos:

Eles não conhecem as letras, não conhecem o valor e o significado semântico das palavras. Com relação à escrita, alunos pré-silábico sem valor sonoro, silábico alfabético a silábico. Em sua grande maioria, chegam ao nível pré-silábico ao centro educativo. (Entrevista realizada no Centro educacional Dom Bosco, no dia 28 de Outubro de 2012)

Nota-se que o problema da falta de uma boa alfabetização persiste no discurso da professora. Ele recebe seus alunos em níveis diferenciados. Após diagnosticar quais são esses níveis, tem que trabalhar de forma que não prejudique os mais atrasados alfabeticamente. Já foi citado como se caracteriza o nível pré-silábico; agora, Grossi (1990, p. 14) diz que “[...] realmente, o que define o nível silábico é a segmentação quantitativa das palavras em tantos sinais gráficos quantas são as vezes que se abre a boca para pronunciá-las.” Ou seja: caso esse adolescente não saiba contar quantos sinais gráficos ele escreveu ou pronunciou, ele ainda não está alfabetizado.

É necessário um esforço maior desse professor, para que esse aluno saiba diferenciar letra de fonema e, assim, compreender o que escreve e o que fala, além de um tempo mínimo em sala de aula, para que o adolescente possa ser alfabetizado, seja no centro educativo ou na escola. Segundo a *Proposta Curricular da EJA para o primeiro segmento* (2001, p. 28):

Os programas mais recentes prevêem um tempo maior, de um, dois ou até três anos dedicados a alfabetização e pós-alfabetização, de modo a garantir que o jovem ou adulto atinja maior domínio dos instrumentos da cultura letrada, para que possa utilizá-los na vida diária ou mesmo prosseguir seus estudos, completando sua escolarização.

O documento mostra o quanto é importante aumentar o tempo de escolarização voltado para a alfabetização. Eles não podem somente ser alfabetizados dentro do centro educativo. Em sua comunidade, devem procurar a escola para poder continuar sua alfabetização e, conseqüentemente, concluir seus estudos. Conforme a *Confitea VI* (2010, p. 6):

Aprendizagem ao longo da vida, do berço ao túmulo, é uma filosofia, um marco conceitual e um princípio organizador de todas as formas de educação, baseada em valores inclusivos, emancipatórios, humanistas e democráticos, sendo abrangente e parte integrante da visão de uma sociedade do conhecimento.

Uma das professoras discorre sobre o diálogo entre ela, os adolescentes e a aprendizagem:

A compreensão textual faz parte do professor. Ela vai treinar a leitura, vira motivo de risos ou vergonha entre os adolescentes. Com os adolescentes que sei que sabem ler, faço o seguinte: eles lêem aos poucos e essa mesma leitura é compartilhada. São pequenos textos onde eles lêem as frases e não é pra rirem, é pra entender o texto. Esse diálogo com os alunos permite um resultado melhor. Percebo que já está dando resultado com relação à leitura, principalmente aqueles que não conheciam a leitura. (Entrevista realizada no Centro educacional Dom Bosco, no dia 28 de Outubro de 2012)

Vi que, independentemente de estarem em conflito com a lei, cumprindo medida socioeducativa ou em sala de aula, são adolescentes iguais a outros. Querem se sentir superiores e mostrar que sabem mais do que qualquer outro adolescente da sala da aula. A estratégia da professora é formar pequenos grupos, dividindo o texto em pequenos

fragmentos, para poderem ter uma relação social melhor. A professora usa a palavra *diálogo*. Conforme Freire (1987, p. 45): “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo [...]” Ela mediatiza o saber, a partir de uma atividade de leitura, com a relação social entre eles. Seu papel é fazer com que eles aprendam, despertem, procurem conhecer o prazer, por menor que seja o texto, da leitura compartilhada com seu colega de sala. São concepções diferentes de ver e praticar a leitura, a partir da visão dos alunos. Esse é o papel do professor: mediatizar o ensino com o saber de seu aluno. O papel do professor é segundo Freire (1987, p. 49),

Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão do mundo, ou tentar impô-lo a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão de mundo, que se manifesta nas várias formas de ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui.

Nessa relação dialógica, mediatizada pelo mundo, cabe ao professor mostrar o quanto é importante se reconhecer um ser humano melhor, perante o mundo. E é através da leitura e da escrita que isso acontece. A leitura faz aguçar a imaginação, faz também refletir sobre os atos praticados; ela pode dar asas à imaginação e fazer voar para longe daquele ambiente do centro educativo. Além dessa mágica, o adolescente pode aproveitar esse momento criativo para escrever sobre seus pensamentos. Isso ajuda a descrever suas angústias, medos, insegurança, enfim, ajuda-o a se autoconhecer. Assim, ele se torna um ser dialógico, encontro dele com ele, dele com o mundo e dele com a leitura e escrita.

Agora, veja como se dá o mundo da leitura dentro do centro educativo:

O nosso universo é um universo letrado. Para onde esses meninos se viram temo quê Letras! Bastantes letras! Mas, eles não atribuem o significado. Não temos uma biblioteca, e sim uma sala de leitura. Nós não a utilizamos para a prática de leitura, principalmente para os alunos de uma determinada ala, pois os mesmos não podem estar lá. Levo para a sala de aula revistas, gibis e jornais. A biblioteca vai pra sala de aula.

Levo o livro didático, trabalhando um pequeno trecho, tentando ler, localizar palavras e letras. Não utilizo a sala de leitura. O universo da leitura é o universo da sala de aula. Crio um ambiente de leitura na sala de aula. (Entrevista realizada no Centro educacional Dom Bosco, no dia 28 de Outubro de 2012)

Como se quer que os adolescentes sejam alfabetizados se nem na sala de leitura, porque no centro educacional não há biblioteca, eles podem estar? Eles já não têm contato com o mundo letrado, provavelmente, da escola, talvez nem em casa. Vêm justamente cumprir uma medida socioeducativa e não podem usufruir de um espaço que foi preparado exatamente para isso. Fica difícil poder querer “melhorar” os adolescentes. Está provado que a aprendizagem muda comportamento. Se a maioria já tem problema de escrita, quanto mais de leitura, negar-lhes o direito de ter o acesso a isso torna impossível que eles saíam de lá com um pensamento melhor, um comportamento mais sociável e ressocializados. Não estou falando de algo impossível, inatingível, insuperável ou algo parecido; falamos de algo simples e possível de acontecer.

Tendo contato com os livros, terão contato com as letras, com o universo da imaginação. Poderia se elaborar um trabalho educativo mais preponderante. A leitura seria incentivada, a escrita, assim, melhorada. Contar histórias seria um prazer para quem lê e para quem ouve. Resolveríamos vários problemas ao mesmo tempo, até de baixa autoestima. Estamos negando a esses adolescentes o direito de melhorarem como seres humanos.

As professoras se valem de material reciclado e falam de material didático adequado no centro educacional para poderem trabalhar a leitura em sala de aula:

A questão do material dourado, a escola ter todo esse material que nós temos essa necessidade de também tê-lo. Nós, professoras, temos a necessidade de um universo de materiais. Pois como já trabalhei na escola regular ela tinha essa possibilidade de utilizar melhor os materiais. Como posso fazer se não tenho esse material Como construir com eles Utilizo material reciclado para que o incentivo a leitura e escrita aconteça. O material didático que tem no centro é o básico. Falta muita coisa para alfabetizá-los. Preciso de mais recursos para desenvolver um trabalho que possa ter mais um pouco de resultados e poder desenvolver um trabalho como profissional. (Entrevista realizada no Centro educacional Dom Bosco, no dia 28 de Outubro de 2012)

Percebo que o centro educacional é carente de materiais didáticos que auxiliem as professoras naquilo que é o básico: condições de trabalho. Exigimos dos profissionais da educação que eles deem resultados, mas lhes negamos o básico. As professoras poderiam fazer muito mais do que já fazem, alcançar objetivos maiores e se sentir realizadas como

profissionais. Mas ficam somente nas frustrações. Sobram as lamúrias de lutar e não vencer a batalha. Eis a triste realidade, conforme Scheibe (2002, p. 47):

O que se constata é a manutenção da precariedade das condições de trabalho, salários aviltantes, ausência de infra-estrutura para exercício profissional, isso tudo ao lado de uma concepção idealista em relação à carreira do magistério, a qual sempre foi impingida um tom heróico, mitificador e desprofissionalizante.

As professoras até tentam fazer com que, durante o período em que os adolescentes estão no centro educativo, sejam alfabetizados. Mesmo sabendo que muitos deles não retornarão à escola, naquele momento, estão fazendo seu trabalho alfabetizador. Mas elas têm suas limitações e não podem avançar se lhes faltam subsídios importantes que as auxiliem nessa batalha. É uma tarefa árdua e dolorosa. Além de todos os aspectos sócio-históricos de negação de direitos pelo qual esses adolescentes passam, têm que conviver com a falta de educação de qualidade. Grandes contingentes da população, influenciados pela parte da imprensa que vive do sensacionalismo e do “espetáculo” e da violência, querem vê-los presos, não ressocializados. Muitos compartilham da noção que o mínimo que é dado aos adolescentes já é muito. Essa sociedade não percebeu ainda que precisa melhorar a educação, seja na escola ou no centro educacional, para melhorar suas concepções de vida. Após isso, é preciso dotar de equipamentos sociais o lugar onde moram os adolescentes, para que não possam voltar a cometer essas infrações. Não adianta nada tudo isso se não houver o fator pedagógico. E o mais importante disso tudo é eles saírem desse centro sabendo ler e escrever; pretendendo sonhar, pelo menos, com uma vida melhor, para poder se reencontrar e, assim, começar a pensar em uma vida melhor para si e sua família.

Isso somente ocorrerá quando a educação for prioridade na vida desses adolescentes. O professor faz o papel principal: o de ponte do saber. A transformação se dá na medida em que os adolescentes conseguem ler e escrever, vislumbrar um futuro melhor, ter consciência de seus atos, lutarem por qualidade de vida e, assim, tornarem-se de fato cidadãos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este trabalho, percebi que se tem muito que avançar com relação às práticas de leitura e escrita nas medidas socioeducativas. É um universo desconhecido, que passa despercebida durante a graduação do pedagogo. É um fato tão preponderante, que a maioria dos pedagogos desconhece esse espaço de atuação. A universidade, principalmente a Faculdade de Educação, precisa conhecer esse espaço de atuação do pedagogo. Inclusive, ofertando disciplinas que façam com que os futuros pedagogos saibam, pelo menos, reconhecer esse espaço de educação formal, tendo como base o ECA e o SINASE. Reconheço que um passo foi dado com a inclusão, no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, da disciplina Educação em Direitos Humanos, na condição de optativa. Faz-se necessário que outras disciplinas, obrigatórias ou não, incluindo o estágio supervisionado curricular, incluam conteúdos do direito das crianças e adolescentes em seus planos de curso, colaborando, assim, para a consolidação de uma cultura de direitos humanos na formação do pedagogo. Complementando as informações que demonstram avanços nesse campo, o Curso de Pedagogia à Distância da UFC tomou a divulgação, defesa e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes como um de seus eixos formativos, colocando, inclusive, a disciplina “Educação em Direitos Humanos” no rol das disciplinas obrigatórias.

Ao pesquisar no Centro Educacional Dom Bosco, pude constatar uma triste realidade: a alfabetização ainda é uma conquista distante de muitos adolescentes. Se com 15, 16 ou 17 anos são analfabetos, não há como ter interesse algum pela escola. O contato com o mundo da escrita é muito restrito; com o da leitura, então, nem mesmo existe. Exige-se do professor um esforço muito grande para que esses alunos aprendam, dependendo do tempo que ficarem no centro educativo cumprindo a medida socioeducativa. Fazer com que eles se interessem, descubram, apaixonem-se por esta coisa distante chamada leitura e conseqüentemente, fomentar a vontade de escrever, é uma das tarefas que devem ser assumidas coletivamente.

Sabe-se que muitas coisas influenciarão contra tudo isso. Eles estão ali porque cometeram algum ato infracional. Pesa sobre eles o preconceito social, problema que a sociedade prefere ocultar, não discutindo sobre hipótese alguma. Os valores que os

adolescentes têm são distorcidos socialmente. Mas isso não é motivo para se desistir de lutar no intuito de que eles possam superar todas essas situações adversas e mostrar a essa mesma sociedade que podem ser seres humanos dignos de respeito.

É necessário mostrar, e digo mais, vivenciar um mundo novo, baseado na leitura e na escrita. Claro que tudo isso o professor pode e deve fazer. Mas é preciso dotar esse centro educacional de uma cultura de leitura e escrita. Suscitar nesses jovens algo de valoroso: o prazer de ler e escrever; de se reconhecer como escritores da própria história. Assim, eles não se deixarão contaminar por um ambiente hostil, por pior que seja cada vez mais superlotado. O mundo da leitura precisa ser estimulado através de projetos nos quais os adolescentes possam expor suas ideias, angústias, medos, decepções e alegrias. A escrita é um meio de expressão privilegiada, podendo levá-los a se sentir criadores de sua própria história. Por que não estimulá-los a escrever sobre sonhos, conforme o exemplo dos jovens americanos representado no filme “Escritores da Liberdade”?

E como se faz tudo isso? Primeiramente, há que se trabalhar com os que são analfabetos. Com os que já sabem ler e escrever, deve ser feito um trabalho paralelo com esses adolescentes. Será necessário que toda a equipe técnica do centro educativo participe desse projeto, o qual denomino agora de jornada pela leitura e escrita; há que se aproveitar a sala de leitura, sendo que algumas vezes aconteça nesse espaço muitas aulas. Esse ambiente será propício para que os adolescentes comecem a se interessar pelo mundo da leitura e tenham contato com o mundo letrado; é preciso ler histórias para esses alunos, fazer uma combinação na hora da escrita, soletrando a letra ou a palavra para que eles comecem a ter afinidade com as palavras e o texto; além de ler e cantar músicas que eles apreciam, debatendo o conteúdo vinculado.

Tendo acesso a vários tipos de texto, os adolescentes poderão escolher aqueles que forem de seu gosto e começar a se identificar com esses textos. Levar revistinha em quadrinhos, gibis, revistas com algum conteúdo informativo sobre o que acontece no seu bairro, cidade e país é uma forma de iniciar essas atividades.

Outra possibilidade de incentivo à leitura e à escrita seria a confecção de jornais ou fanzines, ideal na socialização e formação de grupos para incentivar outros adolescentes. Os jornais possibilitariam a expressão de facetas nas quais eles mostrassem seu cotidiano, suas percepções daquela realidade. Os fanzines seriam uma forma de mostrar essa mesma visão do jornal, só que através da arte, compondo com letras e figuras seu momento de

criatividade, tendo como base a leitura e a escrita. Esse seria mais um trabalho no qual, além de pensar sobre o assunto a ser trabalhado no fanzine, os adolescentes utilizam as letras ou palavras para compor a história escolhida.

Círculos de leitura também ajudariam muito nesse sentido. Além de se trabalhar a socialização entre eles, de suas ideias, principalmente, nestes círculos, seriam trabalhados textos variados, principalmente com relação a sua realidade e ligados a valores. Esses círculos ajudariam também na hora da oralidade, ocasião em que eles expõem seus pensamentos sobre o texto lido de forma respeitosa. Quando um adolescente estivesse expondo seu pensamento, todo o grupo o ouvira atentamente. Além disso, haveria o confronto de ideias, caso se tenha textos mais reflexivos. Isso faria com que as pessoas desenvolvessem um sentido de pertencimento e um grupo que se respeita e que se ajuda mutuamente.

Mas para que tudo isso possa acontecer, há de se ter acesso a vários materiais. As professoras precisam exercitar a criatividade dentro dos espaços do centro educativo. Fica muito complicado quando se trabalha dentro do limite. Exige-se das professoras uma excelência na qualidade do ensino, mas lembremo-nos de que muitos desses adolescentes têm dificuldades de toda ordem, desde as motoras até as cognitivas e afetivas. Das professoras sobrecarregadas, exige-se delas quase o impossível. Como se pode exigir algo quase que impossível de ser feito? Além dos materiais, a infraestrutura também tem de ajudar. Carteiras novas, melhor iluminação, acesso a mídias digitais e um trabalho de valores éticos. Dar um lápis, um caderno e uma borracha não ajudam significativamente. Sobretudo, é preciso ter uma rica biblioteca e possibilidades reais para explorá-la.

As professoras também precisam de uma formação continuada para cada área específica. Não adianta criar cursos de muitos assuntos se, quando elas voltam para o centro educativo, nada daquilo que elas viram na formação terá utilidade. Se eu sou alfabetizadora, preciso de uma formação voltada somente para a alfabetização, em vez de ver assuntos que fogem dessa realidade. Para isso, é preciso haver um determinado tempo para estudar, há de se pensar em algum curso ou oficina que cubra o horário em que os professores estejam estudando. Se isso não puder acontecer, que se contratem estagiários para que estes, junto com as professoras, possam elaborar projetos a ser trabalhados com esses adolescentes.

Poderiam ser projetos voltados para a reciclagem, Direitos Humanos, grafite, educação sexual, educação ambiental, mercado de trabalho, artes, capoeira etc. Há de se ocupar a mente desses adolescentes! Agora, é preciso que seja algo atrativo. A mesmice já faz

parte do cotidiano deles. É preciso inovar, ser criativo, pensar alto! Sabemos que há dificuldades, mas precisamos enfrentá-las; é uma realidade que urge a cada dia, e, cada vez mais, adolescentes estão cometendo infrações.

Políticas públicas foram feitas para serem cumpridas! Há de se ter um olhar diferenciado para com esses adolescentes. Não devemos olhá-los como *coitadinhos* ou com sentimento de compaixão. É preciso dar oportunidade e exigir deles que se esforcem para conseguir as coisas. Se ficarmos somente no discurso, não chegaremos a lugar algum. A educação é uma grande aliada nesse sentido. Mas ela sozinha não fará tudo. É preciso que todos se unam a consigam fazer a diferença. Esse quadro de adolescentes infratores tem que diminuir. Não pode a sociedade simplesmente ficar olhando passivamente, sem fazer nada, ou pior, fortalecer a escalada de violência sendo conivente com o extermínio desses jovens.

Mais do que ler e aprender, a educação proporciona mudança de comportamento. Ela precisa ser levada a sério nesse país por todas as instituições governamentais. Agora, os professores devem ser preparados, é preciso que se tenham infraestrutura melhor, material didático o mais próximo possível da realidade dos adolescentes, oficinas mais ligadas diretamente ao mercado de trabalho. Além disso, é necessário trazer assuntos que não são discutidos em sala de aula para eles exporem a sua visão de mundo. Eles precisam ser ouvidos, expor seus sentimentos ajuda muito. Descobrir que são seres com inúmeras possibilidades e que podem recomeçar, para escrever uma nova história, pode ser a experiência que direcionará a vida desses jovens.

A educação salvífica que pregam pelo mundo afora não existe. O que existe é um trabalho educativo voltado para a reflexão do homem. Sem essa reflexão, não há educação.

6. REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 17: ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** (organizadora). 28. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PAQUAY, Léopold. **Formando professores profissionais: Quais estratégias? Quas competências?** Tradução: Fátima Murad e Eunice Gruman. – 2: ed. rev. – Porto

Brasil. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Casa Civil**. 2012. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L112594.htm)

SOUZA, Maria das Dores Alves. **Os Significados do Processo de Alfabetização**. Revista do Programa Alfabetização Solidária – Vol. 2 N 2. 2001

Brasil. Alfabetização Para Todos: Uma década de alfabetização das Nações Unidas. Revista Pernambucana de Educação Popular e de Educação de Adultos. Ano 1 – N 0. Janeiro/Dezembro 2002.

Brasil. Confitea VI. Sexta Conferência Internacional de educação de Adultos. Brasília 2010.

Brasil. Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1 Segmento. /coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; - São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

Brasil/MEC. Alfabetizado. Manual de Procedimentos Técnicos Pedagógicos.

CEARÁ. Proposta de Atendimento ao Adolescente em conflito com Lei no Ceará. 20012

Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. 2004. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

GOELNER, Maira Haydée, 2008. Hipóteses de Alfabetização segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosk. <http://www.artigos.com/artigos/humanas/educacao/hipoteses-de-alfabetizacao-segundo-emilia-ferreiro-e--ana-teberosky.-4837/artigo/>

Acessado no dia 25 de Novembro de 2012.

LOUREIRO, Walderês Loureiro. **Formação de Professores: políticas, concepções e perspectivas/** Verbênia S.S. Lisita - Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

AMARAL, Ana Lúcia. **Formação de professores: políticas e debates.** Campinas, SP: Papyrus, 2002. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

GROSSI, Esther Pillar. **Didática da alfabetização Vol. I, II e III/** Esther Pillar Grossi – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

CEARÁ. Célula das Medidas Socioeducativas. Governo do Estado do Ceará. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

SIERRA, Vânia Morales e Wania Amélia Mesquita. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes.** São Paulo em Perspectivas, Vol. 20, n.1, p. 148-155, jan./mar. 2006.

CEARÁ. Monitoramento do sistema socioeducativo: diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes no Ceará.

SÃO JOÃO DOM BOSCO. <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/dom-bosco/index.php>.

Acessado dia 28 de Outubro de 2012.

7. APÊNDICE

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DO CENTRO EDUCACIONAL – LÓCUS DA PESQUISA PARA A MONOGRAFIA

1. Antes da ida a campo, existem dois documentos cuja leitura é obrigatória: SINASE e o Monitoramento do Sistema Socioeducativo: diagnóstico da privação de liberdade de adolescentes no Ceará (ambos disponíveis na pasta da Xerox);
2. Não esqueça que diagnosticar envolve uma série de atividades cujo objetivo é levantar, organizar e analisar, sistematicamente, um conjunto de dados, ideias e opiniões que nos levarão ao conhecimento da instituição. Todo estudo de caso exige um diagnóstico prévio. Com este, construiremos as bases para uma investigação consistente e dialógica, ou seja, não invasiva e autoritária. O termo diagnóstico origina-se do grego – *diagnosticos* – que significa discernimento, faculdade de conhecer, de ver através de aspectos, características e das relações que compõem um todo que seria o conhecimento do fenômeno, utilizando para isso processos de observações, de registros em diário de campo, de entrevistas, de conversas informais, de avaliações e de interpretações que se baseiam em nossas percepções, experiências, informações adquiridas a partir da literatura especializada e de formas de pensamento. Portanto, pode-se afirmar que é um processo no qual se analisa a situação que se quer conhecer. O Centro Socioeducativo é uma instituição social complexa, daí porque precisaremos olhar para vários aspectos e envolver diferentes sujeitos (gestores, técnicos, instrutores, professores e socioeducandos). O diagnóstico permite uma visão global da estrutura (organização) e do funcionamento (ação/relação) da Unidade de Internação (UI);
3. Aspectos a serem observados/registrados (indicar o quantitativo e fazer comentários sobre cada aspecto):

3.1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
NOME DO CENTRO:
ENDEREÇO:
NOME DO(A) DIRETOR(A):
PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO CENTRO:

CAPACIDADE DE INTERNAÇÃO:
NÚMERO DE INTERNOS:
REGIMENTO INTERNO: (destacar e comentar os principais aspectos)
ESTATUTO DO CENTRO: (destacar e comentar os principais aspectos)
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: (destacar e comentar os principais aspectos)
DADOS HISTÓRICOS: (recuperar um pouco da história do centro através de documentos e de depoimentos orais)

3.2. PERFIL DOS PROFISSIONAIS
FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA:

TEMPO DE TRABALHO NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:
AVALIAÇÃO GERAL QUE FAZEM DO CENTRO:
FORMAS DE ATUAÇÃO:
INTEGRAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS:
UTILIZAÇÃO DO PIA:
CONHECIMENTO DO ECA E DO SINASE:

3.3. CONDIÇÕES ESTRUTURAIS: indicar quantitativo e comentar sobre higiene, conservação, ventilação, iluminação e ornamentação.
DORMITÓRIOS:

QUANTIDADE DE INTERNOS POR DORMITÓRIO:

BANHEIROS:

ÁREA DE ISOLAMENTO:

LOCAL PARA ESTUDO:

QUADRA:

SALA DE TV:

AUDITÓRIO:

BIBLIOTECA:

REFEITÓRIO:

COZINHA:

SALA DE INFORMÁTICA:

SALA DE OFICINAS:

ESPAÇO PARA RECEBER VISITAS:

FREQUÊNCIA DAS VISITAS:

SALAS DE AULA:

3.4. EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO

NÚMERO DE HORAS DE AULAS POR SEMANA:

PROJETOS ESPECIAIS:

ATIVIDADES DE PROFISIONALIZAÇÃO:

FORMA DE ORGANIZAÇÃO DAS TURMAS:

RECURSOS DIDÁTICOS DISPONÍVEIS:

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO EM SALA DE AULA:

DESENVOLVIMENTO DAS OFICINAS E SUA RELAÇÃO COM A PROFISSIONALIZAÇÃO:

RELAÇÃO EJA E PROFISSIONALIZAÇÃO:

RELAÇÃO EJA E FAMÍLIA:

EXISTÊNCIA DE GRUPOS RELIGIOSOS E FORMA DE ATUAÇÃO DOS MESMOS:

3.5. SOBRE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO

QUANTIDADE DE PROFESORES NA EJA:

COMPATIBILIDADE ENTRE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO:

FORMAÇÃO CONTINUADA:

ENGAJAMENTO NAS ATIVIDADES DO CENTRO:

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

CONDIÇÕES DE SALÁRIO:

EXPECTATIVA DE FUTURO:

SATISFAÇÃO COM O TRABALHO:

REFERENCIAIS TEÓRICOS ADOTADOS:

SISTEMÁTICA DE PLANEJAMENTO DAS AULAS:

METODOLOGIA DE ENSINO ADOTADA:

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO ADOTADA:

PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO:

RELAÇÃO COM A DIREÇÃO DO CENTRO:

RELAÇÃO COM OS DEMAIS TÉCNICOS:
RELAÇÃO COM A FAMÍLIA:
RELAÇÃO COM OS SOCIOEDUCANDOS:
CRENÇA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS SOCIOEDUCANDOS:

3.6. SOBRE OS SOCIOEDUCANDOS
FAIXA ETÁRIA:
INFRAÇÕES COMETIDAS:
REINCIDÊNCIAS:
ACOMPANHAMENTO PARA TRATAMENTO DE DROGADIÇÃO E ALCOOLISMO:
AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO:
REALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO TÉCNICO:

PERFIL SOCIOECONÔMICO:

PERFIL FAMILIAR:

INTERESSES, CONCEPÇÕES, CRENÇAS E ESTILO DE VIDA:

IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NA VIDA DO SOCIOEDUCANDO:

TEMPO AFASTADO DA ESCOLA REGULAR:

EXPECTATIVA DE FUTURO:

QUANTOS SÃO ACOMPANHADOS PELO CAPS:

QUAIS SEUS SONHOS:

QUAIS DIREITOS SEUS SÃO NEGADOS NO CENTRO:

RELAÇÃO COM A DIREÇÃO DO CENTRO:

RELAÇÃO COM OS TÉCNICOS:
RELAÇÃO COM A FAMÍLIA:
RELAÇÃO COM OS PROFESSORES:
RELAÇÃO COM OS INSTRUTORES:
RELAÇÃO COM OS SOCIOEDUCANDOS:
JÁ PARTICIPOU DE ALGUM GRUPO DE JOVENS:
RELIGIÃO:

Obs: Pedir para os adolescentes completarem o seguinte quadro:

QUAL A IMPORTÂNCIA QUE CADA ITEM ABAIXO TEM NA SUA VIDA? FAÇA UM X INDICANDO O GRAU DE IMPORTÂNCIA

	NENHUMA	POUCA	MAIS OU MENOS	MUITA
FAMÍLIA				
AMIGOS				
SITUAÇÃO DO PLANETA				
SITUAÇÃO DO BRASIL				
ESCOLA				
RELIGIÃO				
ESPORTES				
TRABALHO				
NAMORO				
POLÍTICA				
SEXO				
DROGAS				
DINHEIRO				
FUTURO				
RESPEITO ÀS DIFERENÇAS				